



**Estado do Maranhão**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE**  
Câmara Municipal de Miranda do Norte



## ANEXO II - MODELOS DE DECLARAÇÕES EXIGIDAS

Modelo - I

### DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME OU EPP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25011230/19/CMMN

PREGÃO nº: PP 03/2019

[*Nome do Licitante*], CNPJ/CPF n.º \_\_\_\_\_ sediada, [*Endereço completo*], declara sob as penas da lei, para fins do disposto no art. 44 da lei complementar nº 123 de dezembro de 2006, e participação neste Pregão Presencial, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- ( ) Microempresa  
( ) Empresa de Pequeno Porte

Declara ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da lei Complementar nº 123/2006. .

\_\_\_\_\_  
*Local e Data*

\_\_\_\_\_  
*Nome e Identidade do Declarante*



**Estado do Maranhão**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE**  
Câmara Municipal de Miranda do Norte



Modelo - II

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25011230/19/CMMN

PREGÃO nº: PP 03/2019

[*Nome do Licitante*], CNPJ/CPF n.º \_\_\_\_\_ sediada, [*Endereço completo*], declara sob as penas da lei, que até a presente data, inexistente fato superveniente impeditivo para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\_\_\_\_\_  
*Local e Data*

\_\_\_\_\_  
*Nome e Identidade do Declarante*



**Estado do Maranhão**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE**  
Câmara Municipal de Miranda do Norte



Modelo - III

**DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25011230/19/CMMN

PREGÃO nº: PP 03/2019

[*Nome do Licitante*], CNPJ/CPF n.º \_\_\_\_\_, sediada [*Endereço completo*], por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a) [*Nome do Representante Legal*], portador (a) da Carteira de Identidade n.º [*Número da Carteira de Identidade*] e do CPF N.º. [*Número do CPF*], DECLARA para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal n.º. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º. 9.854, de 27 de outubro de 1999, em conformidade com o previsto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Nome e Identidade do Declarante